

Bispo defende referendo para futura Carta

Da Reportagem Local

O bispo de Bauru (337 km a noroeste de São Paulo), d. Cândido Padin, 70, defendeu ontem a realização de referendo nacional para aprovar cada capítulo da nova Constituição brasileira, além da possibilidade de os eleitores proporem a cassação do mandato de parlamentares que não cumprirem compromissos assumidos por escrito durante a atual campanha eleitoral. D. Cândido Padin é advogado e presidente da Comissão de Assessoramento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para Assuntos Constitucionais.

Defendendo a mobilização da sociedade para "apresentar propostas concretas a serem discutidas pelo Congresso constituinte", d. Cândido sugeriu mais duas medidas que, em sua opinião, devem ser consagradas na nova Carta: a possibilidade de instituições com personalidade jurídica poderem apresentar diretamente ao Congresso projetos de lei, a serem obrigatoriamente votados pelos congressistas, e a criação de um Conselho Nacional de Planejamento Econômico. Ele considerou "algo pacífico" a instituição da figura do "ombudsman" ("defensor do povo") para atuar nas várias regiões brasileiras.

Estas e outras propostas da CNBB serão discutidas na próxima semana, em Brasília, em reunião ordinária da Comissão de Assessoramento da conferência episcopal. D. Cândido disse que a Igreja está fazendo esforços para que a atenção dos eleitores não se concentre apenas na escolha dos governadores estaduais. Ele criticou o "fisiologismo" dos partidos e a orientação dos meios de comunicação —que "têm deixado a Constituinte de lado"—, embora afirme que "se trata de um fenômeno psicológico por causa dos interesses imediatos que estão em jogo na eleição para os governos dos Estados".

O bispo defendeu também a transformação do próximo dia 7 de setembro no "Dia Nacional da Constituinte", dizendo esperar que a próxima Carta tenha vigência mínima de "trinta anos".